

**ATA DA 446 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CESAU
29.05.2017**

1

1 No dia 29 de Maio de 2017 realizou-se a Reunião Extraordinária 446ª do Conselho
2 Estadual de Saúde – CESAU, das 08h30 às 17h00, no Auditório do Conselho Estadual de
3 Saúde, situado na Avenida Almirante Barroso, 600, Praia de Iracema – Fortaleza – CE. A
4 reunião contou com a presença dos Conselheiros: Henrique Jorge Javi de Sousa, Marcos
5 Antônio Gadelha Maia e Lilian Alves de Amorim Beltrão - (Representantes da Secretaria de
6 Saúde do Estado do Ceará); Ana Lúcia da Costa Mello e Silmara Cristine Brito Furtado -
7 (Representantes da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE); Joel
8 Isidoro Costa - (Representante das Entidades Estaduais de Representação dos Médicos);
9 Antonio Cleyton Martins Magalhães e Pedro Alves de Araújo Filho – (Representantes das
10 Entidades dos Odontólogos); Francisca Lucia Nunes de Arruda – (Representante da
11 Entidade dos Enfermeiros); Gerlene Castelo Branco – (Representante das Entidades
12 Estaduais de Outros Profissionais de Saúde de Nível Superior); José Teles dos Santos -
13 (Representante do Sindicato de Técnicos de Segurança do Trabalho); Maria do Socorro
14 Marques Ferreira Oliveira - (Representante dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado
15 do Ceará); Asevedo Quirino de Sousa e Francisco Antônio de Paula - (Representantes dos
16 Agentes de Endemias); Rafael Vieira Fernandes – (Representante dos Profissionais de
17 Nível Médio do Estado do Ceará – FETAMCE/SINPAOCE); Francisco de Assis Marques
18 Pires – (Representante da Federação de Entidades de Bairros e Favelas – FBFF e Central
19 de Movimentos Populares – CMP); José Wilson Teixeira – (Federação dos Trabalhadores
20 da Indústria do Ceará – FTIEC); José Cardoso Mendes - (Representante da Federação
21 dos Trabalhadores Empregados e Empregadas do Comércio e Serviços do Estado do
22 Ceará – FETRACE); Laciara Farias Lacerda - (Representante da Ordem dos Advogados
23 do Brasil- OAB – Ceará); José Célio Peixoto Silveira (Representante das Entidades dos
24 Portadores de Patologia); Raimundo José Rodrigues Monteiro - (Representante das
25 Entidades de Pessoas com Deficiência); Darcy Oliveira de Araújo – (Representante dos
26 Órgãos de Defesa da Mulher); Marlúcia Ramos de Fátima Sousa Gomes - (Representante
27 de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários na Área Metropolitana de
28 Fortaleza: Caucaia e/ ou Maracanaú); Cícero Antônio dos Santos - (Representante de
29 Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários dos Municípios de Grande
30 Porte da Região Sul do Estado do Ceará); Maria Arnete Borges - (Representante de
31 Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários dos Municípios de Médio
32 Porte do Estado do Ceará); Francisco Júlio de Araújo – (Representante de Conselheiros
33 Municipais de Saúde, do Segmento de Usuários dos Municípios de Grande Porte da
34 Região Norte do Estado do Ceará). Não justificaram ausências: Representantes do
35 Ministério da Educação e Cultura -MEC; Representantes da Conselho Estadual de
36 Secretários Municipais de Saúde – COSEMS; Representantes da Secretaria das Cidades
37 do Estado do Ceará; Representantes da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC;
38 Representante da Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas do Ceará –
39 FEMICE; Representantes das Instituições Privadas de Saúde do Estado do Ceará –
40 AHECE / SINDESECE; Representantes das Centrais Sindicais (CENTRAL Única dos
41 Trabalhadores - CUT, e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;
42 Representante da Rede de Catadores e Federação das Organizações Comunitárias e
43 Pequenos Produtores do Ceará – FECOMP; Representante da Federação dos
44 Trabalhadores da Agricultura do Ceará – FETRAECE; Representante de Conselheiros
45 Municipais de Saúde do Segmento de Usuários dos Municípios de Grande Porte –
46 Fortaleza; Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários
47 dos Municípios de Pequeno Porte; Representante da Pastoral da Criança. Participaram da
48 Reunião, os Assessores Técnicos do CESAU: Joana D'Arc Taveira dos Santos, José Hibiss
49 Farias Ribeiro, Lucivaldo Farias Maciel, Manoel Rodrigues e Silva Costa, Maria Áurea

50 Martins de Sousa Silva, Maria do Socorro Cardoso Nogueira Moreira, Maria Valbenia de
51 Almeida, Rogena Weaver Noronha Brasil, Paulo Cesar de Araújo, Hariádina Salveano de
52 Sousa. Apoio: Álvaro Mariani Neto, Manoel Geraldo Neto, Ozenir Honório da Silva, Kaio
53 Stênio Targino Silveria e Ana Cristina Tabosa. PARTICIPANTES: Vanzete de Alencar Ferro,
54 Talita de Lemos Araújo, João Washington Meneses, Edna Colageno Matos, Veruska Moura
55 Farias, Ivana M^a Araújo, Zélia Franklin de Albuquerque, Raimundo Queiroz Filho, Maria
56 Edilza de Andrade, Magda Ferreira da Silva, Aline Teles, Francisco Moura Mendes, Iranir
57 Maria Soares, Francisco Lourenço de Sousa, Lilian Gondim, Danielle Mello, Maria Áurea
58 Pinheiro de Oliveira, Carlos Eduardo de Alcântara, Francisco César, Messias de Sousa. A
59 Pauta constou dos seguintes itens: 08h30 às 09h00 – Acolhimento; 09h00 às 09h30 –
60 Informes; 09h30 às 12h00 – Apreciação dos Relatórios Quadrimestrais; 12h00 às 13h00 –
61 Almoço; 13h00 às 17h00 – Relatório de Gestão; 17h00 – Encerramento. **A Conselheira e**
62 **Secretária Geral da Mesa Diretora do CESAU Marlúcia Ramos de Fátima Sousa**
63 **Gomes** deu início a reunião do Conselho após oração do Pai Nosso. **O Conselheiro**
64 **Asevedo Quirino de Sousa** disse que é preciso definir a questão da EXPOCRATO para
65 saber se o Conselho se fará presente ou não já que há o interesse de alguns conselheiros
66 e que paralelo a isto existe todo um trâmite legal para a realização desta participação
67 envolvendo casa civil e gabinete. Parabenizou o SINTSEF pela solidariedade com os
68 enfermeiros em Brasília e criticou o desmonte da saúde pública para o combate as
69 arboviroses e controles de epidemiologias nos municípios. **O Conselheiro José Teles dos**
70 **Santos** se disse triste pelo fato do SESA não disponibilizar veículo para o transporte dos
71 conselheiros no evento de Sobral no dia 26. Informou a respeito da reunião intersectorial
72 acontecida entre CIST e CTGTES onde foi tratada a questão do LACEM, que hoje não tem
73 equipamento para fazer uma simples coleta de água. Criticou também o descaso com a
74 saúde dos trabalhadores deficientes. **O Conselheiro Cícero Antonio dos Santos** disse
75 que os problemas no Crato continuam e justificou a ausência da Conselheira Francisca
76 Gregório. **A Conselheira Laciana Farias Lacerda** justificou a ausência do conselheiro
77 Marcos Coelho Parahyba. Informou a respeito das inscrições dos conselheiros que irão
78 participar do Congresso Brasileiro de Direito e Saúde que deveriam ser feitas com
79 antecedência para que não haja acúmulo de pessoas na hora. Solicitou também a abertura
80 da discussão das questões referentes a Conferência para que se discuta alguns pontos.
81 Reivindicou ainda a discussão da realização do lugar do evento e depois, a questão das
82 homenagens. **A Conselheira e Secretária Geral da Mesa Diretora do CESAU Marlúcia**
83 **Ramos de Fátima Sousa Gomes** agradeceu o CESAU e a SESA pela facilitação do
84 encontro do MOPS. Convidou o pleno para a realização da Conferência Municipal de
85 Saúde da Mulher em Caucaia. **O Conselheiro Francisco Júlio de Araújo** falou a respeito
86 do acontecimento do Seminário da macroregional do serviço de saúde em Sobral. Falou
87 que o CESAU foi representado por ele e pela conselheira Arnete Borges. Justificou a
88 ausência do Conselheiro João Batista, que não pode vir. **A Ex-conselheira e presidente**
89 **da ASSEMESC Maria Irany Soares** agradeceu a participação dos que compareceram no
90 auditório Valdir Arcoverde no encontro das discussões de Políticas para o Controle Social e
91 solicitou que o Pleno decida onde irá realizar a Conferência Estadual de Saúde da Mulher
92 pois faltam menos de 30 dias para este evento. **O Conselheiro Raimundo José**
93 **Rodrigues Monteiro** foi contrário a indicação de homenagear a promotora Isabel Maria
94 Salustiano Arruda Porto. Com relação ao congresso de Direito e Saúde, requisitou que
95 fosse destinado três ou quatro vagas para as pessoas com deficiência. **A Conselheira**
96 **Silmara Cristine Brito Furtado** informou a respeito do seminário dos prefeitos promovido
97 pela APRECE e comunicou que este é aberto ao público e gratuito mediante a inscrição,
98 dias 05 e 06 de Junho no Centro de Eventos. **A Conselheira Maria Arnete Borges**

99 informou que representou o CESAU na reunião da PEGASS em Quixadá e Sobral.
100 Perguntou aos conselheiros representantes da SESA, até que ponto o Estado está
101 trabalhando para o andamento da I Conferência Estadual de Saúde das Mulheres uma vez
102 que os municípios estão aderindo a realização diante disso, pediu que esta pergunta fosse
103 levada ao secretário de saúde. **O Conselheiro Pedro Alves de Araújo Filho** pediu
104 esclarecimento da mesa com relação a pauta, pois esta reunião foi específica para avaliar
105 os Relatórios de Gestão. **A Presidente do CESAU Ana Lúcia da Costa Melo** informou
106 que a decisão do pleno foi de sediar a I Conferência Estadual de Saúde das Mulheres na
107 UNIPACE, no dia 28 e 29 de junho, onde os encaminhamentos já estão sendo feitos. Citou
108 que a relatoria se comprometeu de estar entregando no dia 30 todo material que será
109 impresso. Em relação a pauta da Expocrato, a mesa não possui PAUTA para abrir esta
110 discussão e propôs que esse assunto fosse abordado na reunião seguinte, 12 de junho, já
111 com dados concretos. Citou ainda que se o conselheiro tiver os dados em mãos se abre
112 para discussão. Com relação a questão da sra. Tereza Malveira de estar aqui alinhando a
113 pauta, ela sugeriu que na questão de aprofundamento técnico teórico dos conselheiros
114 fosse feito uma oficina. **O Conselheiro Pedro Alves de Araújo Filho** citou que o intuito
115 daquele momento era uma reunião com a gestão presente para que se faça um
116 alinhamento do formato de prestação de conta. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins**
117 **Magalhães** com relação a EXPOCRATO disse que o pleno é quem deve ser consultado
118 em relação a viagem. Também deu como questão de ordem que os relatórios futuros sejam
119 apresentados de maneira clara, para que os conselheiros tomem conhecimento e tenham
120 propriedade para votar. **A Presidente do CESAU Ana Lúcia da Costa Melo** informou que
121 aquele ponto já havia sido alinhado anteriormente pelo pleno. Os relatórios anteriores, que
122 já foram apresentados infelizmente não puderam ser reapresentados sob este novo
123 formato. **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa**
124 disse que o que está sendo solicitado é básico, além disso, há anos tem-se tentado
125 implementar. Citou que o orçamento não é elaborado da mesma maneira que o plano
126 estadual de saúde é elaborado e trabalhado, além disso, ele é feito pelas secretárias e
127 condensado na SEPLAG e enviado para a assembleia, que aprova em forma de Lei. Se
128 disse preocupado com o trabalho desenvolvido pela câmara pois ao seu entender é dentro
129 dela que estão reunidos os conselheiros que tem mais entendimento sobre o assunto
130 abordado, pois quando a matéria chegou ao pleno este teve muito mais perguntas de um
131 procedimento que até então vinha sendo trabalhado dessa maneira. Citou que é preciso ter
132 mais confiança tanto nos membros das câmaras quanto nos coordenadores para com o
133 trabalho que estes estão fazendo nas comissões. Falou que todas as áreas que tem
134 execução inferior são áreas que tem execução administrativa. Citou que no ano de 2016
135 todas as ações para garantir o funcionamento do sistema foram privilegiadas. Ou seja,
136 unidades de funcionamento da SESA foram sacrificadas em função da garantia de
137 funcionamento das unidades assistenciais. Falou que houve uma tentativa de igualar o
138 orçamento com o financeiro. Isso significa que o que tem de financeiro liberado é o que
139 tem de recurso liberado. Falou que o conselho tem todo o direito de buscar informações
140 junto a Assembleia e ao Ministério Público, porém, o que estava sendo discutido ali era o
141 funcionamento do amanhã. Diante disso, propôs ao pleno que fossem discutidos os pontos
142 que não ficaram esclarecidos em reuniões anteriores e lembrou que o mais importante
143 para compreender a política pública não é o percentual de execução o mais importante é o
144 resultado da execução. **O Técnico do Planejamento Washington Menezes** a respeito da
145 solicitação do CESAU, citou que após conversas para achar uma tentativa de corresponder
146 os anseios dos conselheiros disse que vê a possibilidade de aplicar esta nova estrutura
147 detalhando o plano. Falou que hoje o orçamento apresenta a execução e a agenda do

148 plano tem isso claro, é uma questão de compatibilização no aspecto contábil. Já o
149 Relatório Quadrimestral é mais qualitativo, esclareceu que ele aponta a execução. Esta
150 execução é alimentada pela SOP, INESP e a Produção do Serviço. Quanto ao Relatório de
151 Gestão, este é outro instrumento gerado a cada quatro meses produzido com base no
152 SARGSUS utilizando uma outra metodologia. Este é trabalhado com as câmaras e áreas
153 técnicas. Falou que deste relatório quatro itens devem ser destacados pois são temas que
154 precisam ser apreciados pois são pontos de partida e chegada de resultado. Citou que
155 além do que o controle Social pediu complemento da programação anual de saúde e
156 transformaram em outro documento chamado avaliação anual de saúde 2016. Disse que
157 só não foi possível trazer o documento para aquela reunião porque o sistema
158 desconfigurou, mas no dia seguinte além do relatório o CESAU também estará recebendo
159 este documento. **A Conselheira Laciara Farias Lacerda** falou que muitas vezes o
160 CESAU sente a vontade de se sentir esclarecido e diante disso, gostaria que os técnicos
161 que viessem quando chamado nas câmaras técnicas também viessem nas reuniões do
162 pleno, e munidos de uma linguagem não tão técnica para que os conselheiros não
163 ficassem com dúvidas a respeito do que se está sendo discutido. Também pediu que diante
164 da indisponibilidade por motivo de agenda destes técnicos, que os mesmos indicassem
165 outra pessoa para estar vindo ao CESAU e esclarecer os conselheiros em relação a
166 matéria pautada pois a falta de esclarecimento quando chega ao pleno do conselho chega
167 em conjunto e é preciso debater cada ponto específico mesmo estes tendo sido
168 esmiuçados nas câmaras. **O Conselheiro Pedro Alves de Araújo Filho** falou que a
169 proposta daquela reunião extraordinária era justamente aquela: quando um conselheiro
170 não tem um olhar técnico para avaliar um relatório de gestão é preciso de alguém que o
171 instrua a observar o que é importante, o que é preciso refletir, para que ele se sinta
172 esclarecido e possa colaborar na execução das políticas públicas. Diante disso é
173 importante as oficinas, pois uma reunião não será suficiente para esclarecer tudo. **A**
174 **Conselheira Francisca Lucia Nunes de Arruda** disse que todos os conselheiros devem
175 ter conhecimento a luz da lei 141, pois quando o coordenador é convidado para prestar
176 esclarecimento ali é criada uma dinâmica dialética no sentido da aprendizagem. O
177 Conselho após esclarecido precisa devolver um produto. As vezes a própria área técnica
178 não conhece o papel do controle social na SESA. Diante disso, falou a questão do
179 alinhamento quando se solicita que o orçamento venha conforme o plano constando ali a
180 diretriz, a meta, a ação, o orçamento e o financeiro. Falou que isso é viável e é possível. **A**
181 **Secretária Executiva Maria Goretti Sousa Pinheiro** com relação a solicitação da oficina
182 disse que a solicitação para a Dra. Vera Coelho já foi feita, mas por conta das atividades
183 da Conferência envolvendo o CESAU e da agenda da própria técnica, no momento ainda
184 não foi possível. Citou que em breve poderá dar uma data para que se marque a oficina e
185 se esclareça a dúvida dos conselheiros. **O Conselheiro José Célio Peixoto Silveira** como
186 coordenador disse que apesar do sofrimento, o trabalho melhorou bastante. **A Conselheira**
187 **Maria Arnete Borges** disse que está saindo do conselho muito orgulhosa por ter
188 contribuído nos avanços. Criticou a ausência de certos coordenadores que são
189 convocados e muitas vezes não respondem aos chamados. Como usuária disse que sente
190 a ausência desses coordenadores. Falou que uma das políticas que ao seu ver continuará
191 engasgando na SESA será a política da pessoa com deficiência pois não houve um
192 coordenador que se dispusesse a vir ao CESAU debater sobre ela, pois não tem ação e
193 nem monitoramento para fazer essa política andar. **O Conselheiro Raimundo José**
194 **Rodrigues Monteiro** concordou com a fala da conselheira Arnete e disse que a sorte
195 desta população é a pessoa que está a frente da secretária pois dificilmente a política da
196 pessoa com deficiência andaria se dependesse do coordenador. **O Conselheiro e**

197 **Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa** falou a respeito do tempo
198 de mandato dos conselheiros, que é um mandato relativamente curto e não permite uma
199 especialização. Com relação a Lei 141, falou que ela não cobra responsabilidade do
200 conselheiro, a própria lei diz que a obrigação, responsabilidade e o papel está em cima de
201 quem executa. Diz a Lei: *Art. 1o Esta Lei Complementar institui, nos termos do § 3o do art.*
202 *198 da Constituição Federal: I - o valor mínimo e normas de cálculo do montante mínimo a*
203 *ser aplicado, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde; II -*
204 *percentuais mínimos do produto da arrecadação de impostos a serem aplicados*
205 *anualmente pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações e serviços*
206 *públicos de saúde; III - critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde*
207 *destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados*
208 *aos seus respectivos Municípios, visando à progressiva redução das disparidades*
209 *regionais; IV - normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas*
210 *esferas federal, estadual, distrital e municipal".* Ou seja, a Lei deixa bem claro que não é a
211 execução de mais de 70% do serviço. A execução financeira é importante sim, porém, mais
212 importante que isso é se o que está citado está alinhado a metodologia. Ao invés da
213 estrutura orçamentária observar meta burocrática e que o plano pudesse ser matriz para o
214 próprio orçamento. Citou que o CESAU não está sozinho nessa busca, mas isso não
215 depende da SESA mas sim da organização do próprio Estado. Falou a respeito do TAC
216 assinado no Tocantins que impede a transferência de recursos Federais internamente e
217 externamente. Citou que no Ceará há a prática de descentralizar o orçamento, com o TAC
218 essa transferência será impossível pois de acordo com o texto nenhum ente pode ser um
219 mero instrumento de repasse de recurso pois o Estado que repassa se torna parte da
220 execução da ação independente do receptor final executar a ação ou não. Citou isso porque
221 muitas vezes a preocupação maior é a elaboração da prática da política que será
222 executada para depois ver a finalidade, e é justamente na finalidade que se pega aquele
223 que comete a infração. Diante disso, falou que no seu papel de conselheiro, a lei 141 lhe
224 dá muito tranquilidade para quais pontos devem ser priorizados. **O Conselheiro José**
225 **Teles dos Santos** falou que está no CESAU por que gosta e sente que esse trabalho é
226 relevante. Falou que as convocações são necessárias pois a política precisa ser discutida
227 na prática. Outra pergunta foi com relação a senha do SARGSUS pois esta é negada aos
228 demais conselheiros que não fazem parte da mesa diretora. **O Técnico do Planejamento**
229 **Washington Menezes** respondeu que o Ministério definiu que só terá a responsabilidade
230 aquele que trabalha tecnicamente com o documento, que é o plano de saúde e o Relatório
231 de Gestão, além do que no que compete ao controle social, somente dois conselheiros de
232 saúde teriam acesso para alimentar o sistema, a presidente Ana Mello e a secretária Lucia
233 Arruda. Diante dessa limitação de acesso de usuários, falou que o trabalho após concluído
234 se torna de domínio público passivo de consulta. Assim como o conselheiro, disse que
235 também partilha da limitação do número de acesso pois com ele trabalham outros seis
236 técnicos para alimentar o sistema e estes integrantes não tem acesso para realizar a
237 alimentação do sistema. Também disse que o relatório que está sob auditoria atualmente é
238 o de 2014, hoje através do NUAUD. Falou que anteriormente esta era uma tarefa do
239 Ministério da Saúde. **A Presidente do CESAU Ana Lúcia da Costa Melo** informou que
240 todos os relatórios do SARGSUS foram disponibilizados no e-mail dos conselheiros e
241 lembrou que estes só não tem o acesso para alimentar o sistema. **O Conselheiro e**
242 **Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa** falou que execução
243 orçamentária nem sempre aparece de maneira clara no formato do orçamento,
244 principalmente quando se apresentam pactuações de serviço. Falou que antigamente o
245 prestador de serviço dizia o que ele queria ofertar para o SUS. Hoje em dia não se

246 visualiza mais o prestador. Quem assume o compromisso da prestação do serviço é o
247 gestor pleno da saúde do município perante a gestão do Estado e união. Hoje, o
248 compromisso é do município que está gerenciando o serviço. Falou que por conta do
249 problema com os sistemas, mudança de região, parte dos municípios ainda não
250 entregaram suas pactuações. Falou que na CIB do dia 09 a PEGASS deverá ser
251 concluída. Diante disso pediu uma tolerância por conta da PEGASS para que o conselho
252 possa apreciar com mais clareza. O formato hoje foi modificado, hoje os prestadores não
253 recebem mais uma mesada, eles tem uma meta para atingir com um número mínimo de
254 resolutividade. Diante disso, pediu que os conselheiros tolerassem até a publicação dessa
255 minuta. Falou que hoje há um estímulo daquele município que resolve mais. **A**
256 **Conselheira Francisca Lucia Nunes de Arruda** sugeriu que quando estes dados
257 estiverem prontos, ao invés da explanação ser realizada na câmara, que está seja feita no
258 Pleno para que todos os conselheiros possam participar e esclarecerem suas eventuais
259 dúvidas. **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa**
260 diante da sugestão, pediu mais sessenta dias de repasse para garantir o que está
261 funcionando pelo Estado e na próxima reunião do pleno, se apresentar a PEGASS e que
262 se submeta a aprovação. Isso se o pleno concordar. **A Presidente do CESAU Ana Lúcia**
263 **da Costa Melo** com relação ao relatório quadrimestral perguntou se ainda havia alguma
264 solicitação de esclarecimento por parte do pleno. **O Conselheiro Pedro Alves de Araújo**
265 **Filho** citou que ainda haviam algumas pendências solicitando esclarecimento por parte das
266 áreas técnicas que não prestaram nenhum esclarecimento até então. **A Conselheira**
267 **Francisca Lucia Nunes de Arruda** com relação ao relatório de gestão lembrou que um
268 encaminhamento da câmara CTOF era trazer as áreas que estavam com desempenho
269 abaixo de 70% para prestar esclarecimento. A posição do plenário foi de visualizar o
270 relatório plenamente, não só aqueles com baixa execução. Havia ficado acertado que
271 seria desenhado um instrumento para que a SESA pudesse responde e assim todos os
272 conselheiros se sentirem contemplados. **O Conselheiro Raimundo José Rodrigues**
273 **Monteiro** pediu que fosse explanado a execução das atividades envolvendo os idosos,
274 pessoas com deficiência e LGBT's. **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde**
275 **Henrique Jorge Javi de Sousa** citou que o orçamento apresentado é para a área
276 administrativa da SESA, e não para a execução assistencial. Citou que todos os esforços
277 foram penhorados para que não faltasse dinheiro na assistência direta ao paciente. **A**
278 **Conselheira Maria Arnete Borges** citou que o monitoramento, que é da competência do
279 Estado, não está sendo feito. Quando o conselheiro pergunta da execução de certa
280 atividade, independente da SESA não executar a política cabe a ela saber onde a política
281 está sendo executada. Porém, a SESA não informa ao CESAU a respeito dessas dados.
282 **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa** falou
283 que indo na COPAS é possível ver quais são os elementos mais executados no Estado.
284 Garantiu que nenhum coordenador deixará de fornecer informações para o conselho. **O**
285 **Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** disse o problema todo é que o que
286 está sendo dito não foi colocado no texto do relatório, que ocasional a discussão e a
287 pactuação com o técnico Washington com uma nova forma de apresentação do objeto.
288 Falou que o que deveria ser dito era onde os cortes na saúde entraram no último
289 quadrimestre e qual seu impacto. **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde**
290 **Henrique Jorge Javi de Sousa** diante do que foi dito, propôs que os conselheiros
291 avaliassem o relatório do quadrimestre da regra antiga enquanto a ASPLAG acompanhará
292 e monitorará no sentido de no futuro esta pauta seja adentrada no formato que o conselho
293 achar melhor providenciando todas as estruturas para auxiliar na leitura do documento. **O**
294 **Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** perguntou se seria possível o

295 agendamento de uma reunião envolvendo o secretário Mauro Filho, já que é o secretário
296 quem deve convidar outro secretário. Ao seu ver, aquilo significa uma ação de formação
297 permanente aos conselheiros e importante para o Sistema de Saúde do Ceará. EM
298 REGIME DE VOTAÇÃO PARECER TÉCNICO CTOF 06/2017. COM 10 VOTOS A FAVOR,
299 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES, RECOMENDAÇÃO APROVADA. EM
300 REGIME DE VOTAÇÃO NOTA DE APOIO PELA CAMPANHA DE VACINAÇÃO NOS
301 MUNICIPIOS. COM 10 VOTOS A FAVOR, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES,
302 RECOMENDAÇÃO APROVADA. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães**
303 com relação a vacinação, citou que o descaso governamental é um dos fatores que vem
304 contribuindo para o aumento considerável das arboviroses. Citou que este deveria até ser
305 um ponto de pauta. **O Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge**
306 **Javi de Sousa** comentou que o índice vacinal não é uma preocupação exclusiva do Ceará,
307 todo o Brasil vem sofrendo com isso. Citou que este fenômeno é algo recente pois muitas
308 pessoas furam com a data das vacinações. Além disso as pessoas não estão
309 comparecendo nas unidades básicas para vacinar. Falou um grande problema é a atenção
310 primária buscar uma janela de oportunidade. Que a partir de 2018, através do QUALIFICA
311 APSUS, será possível metrificar o impacto da atenção primária. **O Conselheiro Antonio**
312 **Cleyton Martins Magalhães** com relação ao Relatório de Gestão citou que um grande
313 problema é a questão da força de trabalho. Lembrou que um dos compromissos foi o
314 Concurso Público, uma demanda da Conferência Estadual de Saúde como um meio para
315 reduzir a terceirização. Falou a respeito do orçamento que teve um déficit de 390 milhões,
316 aproximadamente, e considerando a fala do secretário estadual quando diz que o Estado
317 não é o executor da política, perguntou qual foi o setor que absorveu estes recursos. **O**
318 **Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa** falou que
319 o que foi proposto foi a tentativa da ampliação da carga horária e a janela havia sido aberta
320 para os médicos. Com relação as demais categorias, falou que o pedido já foi feito para a
321 SEPLAG e ela está com uma auditoria olhando o direcionamento do pessoal para a
322 realização de concurso. Falou que este é um processo burocrático extenso mas que
323 apesar disso, a Saúde foi uma das áreas priorizadas pelo governador. Com relação a
324 rubrica, citou que foi feita uma previsão orçamentária para receber um recurso externo com
325 o BID. Porém, devido as questões políticas este processo dormita no STN. Disse que fica
326 preocupado pois ele só acontece de fato depois da assinatura e a idéia é que ele seja
327 assinado até junho para realizar a qualificação da atenção primária até a qualificação da
328 gestão do SUS, e o investimento da construção do hospital regional do Vale do Jaguaribe.
329 **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins Magalhães** perguntou a respeito da visitação no
330 combate as arboviroses pois a meta era 80% e apenas 56% foi alcançado ao seu ver. **O**
331 **Conselheiro e Secretário Estadual de Saúde Henrique Jorge Javi de Sousa** falou que
332 se os parâmetros de 2016 fossem avaliados nenhum município conseguiria atingir a meta
333 pois os padrões são críticos. Falou a respeito de uma parceria com a ENEL onde alguns
334 homens foram treinados para que estes alertem potenciais índices para contribuir na
335 identificação de potenciais focos criando assim uma informação da presença da doença. **O**
336 **Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** citou que um dos motivos é a ausência de
337 profissionais nos municípios. Muitos agentes de endemias estão sofrendo desvio de
338 função. Outro problema é a questão dos próprios profissionais não quererem fazer o
339 registro. As ações estão falhas. ENCERRADOS OS TRABALHOS PELA MANHÃ. PAUSA
340 PARA O ALMOÇO. RETOMADOS OS TRABALHOS NO TURNO DA TARDE. **O**
341 **Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** expôs a proposta da participação do CESAU na
342 EXPOCRATO uma vez que esta ação está na programação do CESAU. Disse que é
343 preciso antecipar as solicitações de material para que a Casa Civil e SEPLAG possam

licitar e providenciar. Diante disso sugeriu que se delibere a respeito da ida ou não ao Crato. **A Conselheira Maria do Socorro Marques Ferreira Oliveira** com relação as arboviroses disse que a culpa sempre é do ACS. Também disse que devido a alta das arboviroses, este pode ser justamente o tema trabalhado na EXPOCRATO. **A Conselheira Laciara Farias Lacerda** disse que a atividade na EXPOCRATO, ao contrário do que muitos conselheiros pensam, é muito rica pois é o momento em que o CESAU lida diretamente com a população realizando uma atividade de Educação Popular. Citou que existe material mostrando o impacto daquele trabalho, porém, como a autorização da divulgação das imagens não foi colida as entrevistas nunca foram postadas. Disse que é importante o CESAU participar destes espaços para fazer valer sua função de órgão fiscalizador. **O Conselheiro Francisco de Assis Marques Pires** salientou que era importante definir com a Comissão de Comunicação se planejar para este evento. **A Conselheira MarluCIA Ramos de Fátima Sousa Gomes** falou o stand foi bem movimentado e que inclusive o governador compareceu no local, uma vez que ele estava apenas visitando o stand dos empresários. **O Conselheiro José Cardoso Mendes** falou da importância da educação popular e disse que é possível realizar um bom trabalho lá e defendeu a presença do CESAU na EXPOCRATO. **O Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro** disse que é muito importante se fazer presente nesses locais pois tudo que tem visibilidade é importante. **O Conselheiro Joel Isidoro Costa** fez a leitura de uma carta justificando sua ausência no período da manhã e explicando os motivos do seu voto contrário a aprovação do Relatório de Gestão: *“Não pude vir pela manhã e peço desculpas. Fui mais cedo ao hospital e não pude comparecer. Os diversos problemas acumulados no final de semana tomaram todo o meu tempo. Posso até narrar um desses problemas: tive que convencer um residente a orientar a família de um paciente a comprar um medicamento baratíssimo, porém, o residente não entendia como o hospital mandava alguém comprar o medicamento na farmácia. Assumo assim que transgredi a lei do SUS mas por um bom motivo e estou pronto para responder por este ato. Além da falta de medicamento há também a falta de transparência, não há informação adequada do que se tem e do que está em falta. Corre que a ordem é da Central de Abastecimento é informar que os insumos e medicamentos sempre estão chegando. Vivemos na esperança de algo que nunca vai chegar com plenitude. Além de não receber o medicamento prescrito o paciente fica esperando, prejudicando o seu tratamento. Peço desculpas novamente. Como não estive presente de manhã não pude acompanhar as explicações dos números dos relatórios e resultados. Mas já tinha verificado que em muitos aspectos o resultado da SESA havia ficado abaixo do mínimo esperado. O que pode dizer é que em termos assistenciais a atuação da SESA deixa muito a desejar. Falo de todos os hospitais da rede pois tem acesso a depoimentos qualificados dos demais membros. As queixas são as mesmas: superlotação, falta de insumos, equipamentos essenciais e precarização do pessoal. Tem assistido o agravamento de doenças inicialmente não tão graves. Tenho, o que é muito mais grave, assistido relato de mortes evitáveis. Não discute a capacidade de gestão da SESA pois com métodos próprios e não por política que o Dr. Henrique subiu ao mais alto posto. Por ter participado desse processo posso garantir o que afirmo. No entanto, hoje distingo o gestor efficientíssimo do ISGH do atual gestor da SESA. É falta de dinheiro? É falta de prioridade do tema Saúde no governo? É a volta da política? Não sei, mas também não importa os motivos já que as consequências são as mesmas que transpôs a precariedade da saúde da básica a complexa. Sou profissional de saúde, médico, como tal jurei defender os interesse dos pacientes, não dos gestores de plantão. Estou aqui não como prestador de serviço representando as necessidades médicas mas como um cidadão insatisfeito com o serviço que tem que executar pois no íntimo sabe que*

393 *poderia ser divergente. Aprovar as contas do relatório de gestão atual da SESA na minha*
394 *opinião significa analisar tudo que faltou e vem faltando atualmente e sinalizar para o*
395 *governo que pode continuar com essa política restritiva de fazer caixa para as campanhas*
396 *eleitorais que pode os mais vulneráveis. A saúde vive de esmola do fundo da pobreza. Isso*
397 *acontece em muitos estados da federação com situação fiscal reconhecida e com caixa*
398 *para investimentos. Dito isso, a situação atual da saúde é ou não é uma opção de*
399 *governo? Em vista disso, como cidadão, profissional de saúde, cristão, livre das amarras*
400 *políticas e em última análise, usuário do SUS, afirmo que independente das explicações*
401 *que aqui foram dadas e que possam ser prestadas, meu voto em relação ao Relatório*
402 *Anual de Gestão é não. Não tento influenciar a decisão de ninguém, até porque o voto é*
403 *uma faculdade de foro íntimo a qual cada um vota de acordo com sua consciência. Mas*
404 *não posso abonar uma política de governo que maltrata as pessoas a quem deveria*
405 *proteger e não posso sinalizar para frente que a gestão continue confortável para continuar*
406 *com o massacre".* EM REGIME DE VOTAÇÃO PACTUAÇÃO DO CESAU PARA
407 PARTICIPAÇÃO NA EXPOCRATO. COM 12 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS
408 CONTRÁRIOS E 1 ABSTENÇÃO, APROVADO. **O Conselheiro Antonio Cleyton Martins**
409 **Magalhães** falou a respeito do depoimento do conselheiro Joel Isidoro. Falou que não se
410 pode desconsiderar no RAG a vida cotidiana exposta no relato. Falou que o relatório de
411 2016 não dá conta de analisar a realidade. Citou que embora as tabelas orçamentárias se
412 refiram a análise administrativa e que este não deveria ser o principal foco dos
413 conselheiros, perguntou ao pleno: para que a presença de tabelas no documento? Falou
414 que provavelmente para não se ater as questões relevantes. Uma das coisas que lhe
415 chamou muita atenção foi a redução da ordem orçamentária. Falou das metas e dados que
416 não são condizentes com a realidade. **A Conselheira Laciana Farias Lacerda** disse que
417 muitas vezes a aquisição de fármacos não é feita por conta da união entre distribuidoras
418 de medicamentos, fazendo um verdadeiro Cartel. Disse que é preciso levar para a
419 Conferência Nacional de Saúde essa discussão para que se consiga fazer a quebra das
420 patentes. **O Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro** antecipou seu voto
421 seguindo o mesmo posicionamento do conselheiro Joel Isidoro da Costa. **A Conselheira**
422 **Maria Arnete Borges** disse que o Estado tem a responsabilidade de monitorar e tem a
423 obrigação de terem todas as informações pois eles alimentam as informações para
424 receberem os recursos. Criticou que o QUALIFICASUS não tem relatório e nem
425 monitoramento e que não há nenhum resultado até o presente momento. Citou que a
426 conjuntura é imoral e ilegal. O Gestor maior precisa saber tudo, cobrar e monitorar. As
427 pessoas querem fazer de conta que realizam mas a realidade vem sempre à tona para
428 denunciar os descasos. **O Conselheiro José Teles dos Santos** falou que seria
429 interessante que CANOAS, CTOF e CTGTES formassem uma comissão para visitar o
430 HGF e ver o que está acontecendo na prática e conversar com a população e prestadores
431 de serviço. **O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa** disse que as leis precisam ser
432 revistas para que a população que necessita do serviço não fique a mercê do cartel que
433 existe para que se encontre mecanismos para que todos não sejam vítimas da ausência de
434 medicamentos. **A Conselheira Francisca Lucia Nunes de Arruda** falou que o assunto
435 que não está exposto na temática fica complicado do conselho apreciar pois ele não sabe
436 a dinâmica utilizada. Que alguns indicadores refletem a atenção a saúde e que estes
437 precisam de uma análise técnica-política. Falou que a mesma realidade exposta na carta
438 do conselheiro Joel ela também está vivenciando. Não vê condições para estar aprovando
439 o material que está sendo apresentado. Com relação as auditorias perguntou se há algo
440 escrito pois não está visualizando. Disse que a política de Gestão do Trabalho não atende
441 e nem responde as solicitações do CESAU. Falou que não há um trabalho direcionado à

442 necessidade da força de trabalho dentre outros problemas. **A Técnica Aline Teles de**
443 **Andrade da Saúde Mental do Núcleo de Saúde Mental NUSAM/SESA** disse que o
444 indicador da Saúde Mental aponta para a interiorização dos CAPS. Ele não retrata o
445 município de Fortaleza. Além disso, esclareceu que o CAPS é diferente da Rede, e que
446 para os índices da rede subirem é necessário que outras ações sejam realizadas. Disse
447 também que o CAPS sozinho não é suficiente para resolver todos os problemas, faltam
448 outros pontos da rede serem implementados. Pontos estes já pactuados na CIB, porém,
449 por conta do cenário político eles estão com medo de bancar a implementação do serviço
450 e não ter a contrapartida do Ministério. **A Conselheira Francisca Lucia Nunes de Arruda**
451 a respeito do mapeamento dos recursos disse que as unidades que estão fechadas mas
452 que estavam com previsão de recebimento e que estes recursos deveriam se transformar
453 em leitos hospitalares para pacientes psiquiátricos. Lembrou que no dia seguinte haveria
454 uma Audiência Pública na Assembleia. **A Conselheira Laciara Farias Lacerda** disse que o
455 relatório, ainda que as metas pactuadas não tenham sido atingidas, é um documento
456 honesto. Disse que fechar os olhos para um relatório como aquele é fechar os olhos para a
457 imparcialidade desenvolvida pelo técnico da ASPLAG Washington Meneses para com a
458 Rede SESA. Falou que no texto a SESA reconhece suas fragilidades. Disse que se
459 houvesse má fé era possível sim ser apresentado ali um relatório perfeitamente construído
460 mas que não fosse condizente com a realidade. Mascarando a realidade esta de um
461 Estado que há 10 anos não tem um reajuste na sua per cápita. Falou da postura da União,
462 que exige mais ações repassando uma quantidade cada vez menor de recursos. Esta é a
463 realidade dos fatos com a qual aquele relatório foi construído. Adiantou seu voto favorável,
464 com ressalvas de que no próximo relatório os pontos que não foram alcançados as metas
465 sejam os primeiros a serem avaliados. Disse que o CESAU tem experiência com relatórios
466 que no papel falam uma coisa mas que na prática se mostram completamente diferentes.
467 **O Conselheiro Joel Isidoro da Costa** falou que desde 2015 problemas vem acontecendo
468 no Estado. Houve-se uma mudança na forma da compra de medicamento e insumos.
469 Inicialmente foi algo muito bom mas depois começou a haver falhas. Citou que o
470 abastecimento passou a ser sistemático, e não pontual. Citou que passou 28 dias com um
471 paciente na UTI aguardando uma medicação. Tratava-se de um paciente jovem, que tinha
472 prognóstico e que por conta do atraso na medicação teve seu quadro agravado. Falou que
473 desde setembro o CRM está acompanhando o HGF mensalmente. Falou que houve um
474 reunião envolvendo promotoria, CREMEC, CIMEC e AMC. Falou que o desabastecimento
475 não é só uma questão de exploração da indústria. A qualidade do relatório do planejamento
476 não está em questão, a questão não é a saúde fazer apenas 35% do que tinha
477 programado. A verdadeira questão é situação assistência lá na ponta. Disse que nunca
478 tinha passado por momentos tão difíceis quanto aqueles. A crise na saúde é uma opção do
479 governo pois não compreende como um Estado que possui equilíbrio fiscal, o que lhe
480 possibilita investir dinheiro quando e onde quiser, permite uma situação dessa em seu
481 sistema de saúde. **O Conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro** perguntou como
482 uma Central de Medicamento que já chegou a ser modelo mundial chegou nessa situação.
483 Perguntou da questão do monitoramento dos CAPS, como estes ficarão sem a assistência.
484 **O Técnico do Planejamento Washington Menezes** disse que os números retratam acima
485 de tudo uma mudança de situação epidemiológica no Estado. Falou que é preciso
486 compreender que o relatório de gestão é de um ente que avalia uma gestão que foi
487 definida entre uma pactuação intergestor tripartite. Até 2012 não havia um modelo único de
488 ferramenta para elaborar relatório, só após o a lei de criação do SARGSUS há uma
489 pactuação entre Estado, município e união. Citou que as auditorias também são
490 apresentadas no relatório. Sugeriu que mesmo que os conselheiros não se sintam

491 contemplados com o relatório eles podem demandar além do que é apresentado. **O**
492 **Conselheiro Marcos Antonio Gadelha** disse que é preciso mudar o modelo de gestão de
493 estrutura para gestão de sistema. Falou que o Sistema de Saúde é subfinanciado e que
494 por conta dá má utilização do recurso publico, hoje, o setor terciário está pagando a conta.
495 Citou que o maior problema do HGF é a rede que não funciona. **O Conselheiro Pedro**
496 **Alves de Araújo Filho** falou que durante a primeira reunião das câmaras técnicas para
497 discutir o relatório de gestão que o intuito era ouvir as áreas técnicas para dialogar a
498 respeito das pendências do relatório de gestão e os relatórios quadrimestrais. Estas eram
499 questões que foram pontuadas e disse não abrir mão de uma reunião para esclarecer
500 estes pontos para avaliar a política de saúde. Falou da questão do monitoramento e de
501 que não se pode esperar o período de um ano para saber a situação de uma determinada
502 área para a justificativa ser a falta de recurso financeiro para a execução da ação. Daí a
503 importância da dotação orçamentária para de fato saber de onde será cobrado a
504 justificativa final. **O Conselheiro Francisco Júlio de Araújo** em função do horário disse
505 que teria que se ausentar pois de acordo com a pauta a reunião já deveria ter se encerrado
506 mas por conta de discussões repetitivas está se estendendo. Diante disso, propôs que a
507 mesa agendasse uma nova reunião para debater aquele assunto. **A Conselheira Maria**
508 **Arnete Borges** disse que o Estado não tem a obrigação de realizar a política, de
509 responsabilidade do município. Porém, cabe ao Estado saber a situação do município e se
510 este tem ou não condições de atender aquela população. **O Conselheiro José Cardoso**
511 **Mendes** cobrou a questão da votação. Ou se coloca agora ou se passa para a próxima
512 reunião. **O Conselheiro José Teles e o Conselheiro Raimundo José Rodrigues**
513 **Monteiro** chamaram a atenção para o esvaziamento do pleno e questionaram se haveria
514 quórum para a realização da votação. **A Presidente do CESAU Ana Lúcia da Costa Melo**
515 disse que se ainda houver algum conselheiro que não se sentiu esclarecido e não se sente
516 apto a votar, este conselheiro tem todo o direito de pedir vista para que na próxima reunião
517 se vote. Do contrário, a votação seguirá seu curso até porque não se conta quórum para
518 realização da votação mas sim para a abertura da reunião. **A Conselheira Laciara Farias**
519 **Lacerda** lembrou a fala do Washington de que se aprove com o relatório com a ressalva
520 das metas que não tiveram o objetivo final alcançado. Diante disso, pensa que não se há
521 mais dúvida e pediu que a proposta fosse considerada levando em consideração as metas
522 alcançadas que estão dando certo e não podem ser prejudicadas com uma interrupção. **O**
523 **Conselheiro Joel Isidoro da Costa** perguntou se adiar a votação para a próxima reunião
524 trará algum problema. **O Técnico do Planejamento Washington Menezes** disse que o
525 relatório se encontra em apreciação do conselho. A SESA seguiu a orientação estabelecida
526 em lei e disponibilizou o documento. Como encaminhamento pediu que se esse relatório
527 ficar pendente de votação gostaria que a demanda fosse totalmente pontuada, dando
528 chance a todos os conselheiros exporem suas dúvidas e solicitações pois se não houver
529 uma organização esta reunião não terá fim. **O Conselheiro Joel Isidoro da Costa** diante
530 do que foi apresentado, e do quórum enfraquecido, disse que uma votação enfraqueceria a
531 gestão. Sugeriu que a votação fosse colocada para a próxima reunião como primeiro item
532 de pauta logo após a abertura da reunião, sem margens para rediscussões. HOUVE
533 PEDIDO DE VISTA DO CONSELHEIRO **CICERO ANTONIO DOS SANTOS** PARA MAIS
534 ESCLARECIMENTOS E A VOTAÇÃO FOI SUSPENSA. Nada mais havendo a tratar deu-
535 se por encerrada a reunião a qual FOI GRAVADA e após submetida à Secretária Executiva
536 para leitura, análises, correções e à Plenária para aprovação ficará disponível nos arquivos
537 do Conselho Estadual de Saúde do Ceará – CESAU, para fins de provas, pesquisas e
538 como documento. Fortaleza, 29 de Maio de 2017.
539 Maria Goretti Sousa Pinheiro (Secretária Executiva) _____

ATA DA 446 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CESAU
29.05.2017

12

540 Maria do Socorro Cardoso Nogueira Moreira (Assessora Técnica) _____
541 Kaio Stênio Targino Silveira (Apoio e Digitador) _____